

## AVISO

### **Recrutamento de 5 (cinco) trabalhadores para a categoria de técnico superior para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria para a Direção-Geral do Tribunal de Contas**

Torna-se público que a Direção-Geral do Tribunal de Contas pretende recrutar, por recurso à mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, 5 (cinco) trabalhadores, com relação jurídica de emprego público previamente constituída, para exercício de funções no Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP), nos seguintes termos:

#### **A) Área de atividade — Departamento de Gestão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP) - 5 (cinco) postos de trabalho**

As funções a exercer são as enquadráveis no conteúdo funcional da carreira e categoria de técnico superior, no âmbito das competências do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP), em particular da Divisão de Gestão Financeira (DGF) e da Divisão de Aquisições Públicas (DAQP), nas seguintes áreas:

##### **Ref.ª A (3 postos de trabalho):**

Divisão de Gestão Financeira (DGF): Elaboração de estudos e/ou informações que fundamentem e preparem as decisões na área da contabilidade e da gestão financeira e orçamental; execução de atividades específicas na área financeira bem como nas áreas conexas relacionadas com a atividade do departamento; aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica.

##### **Ref.ª B (2 postos de trabalho):**

Divisão de Aquisições Públicas (DAQP): Garantir a prossecução dos objetivos organizacionais no âmbito da contratação pública, designadamente: elaboração de estudos e/ou pareceres nas matérias da contratação pública e regime de realização de despesa, elaboração de peças do procedimento, participação em júris de procedimentos de aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas.

#### **B) Requisitos gerais**

Trabalhadores integrados na carreira geral de técnico superior, detentores de relação jurídica de emprego público previamente constituída na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

#### **C) Requisitos específicos**

Licenciatura nas seguintes áreas:

**Ref.ª A:** Áreas de educação e formação em Contabilidade e Fiscalidade; Economia, Finanças; Gestão e Administração ou área afim.

**Ref.ª B:** Direito.

#### **D) Requisitos preferenciais**

Comuns às duas Ref.ªs:

2.1.1



- Experiência profissional comprovada no exercício de funções idênticas às indicadas;
- Formação profissional relevante no âmbito das funções a desempenhar;
- Domínio de ferramentas informáticas na ótica do utilizador;
- Autoconfiança e autonomia;
- Capacidade de análise e sentido crítico;
- Boa capacidade de comunicação e argumentação na interação com diferentes interlocutores;
- Capacidade de planeamento, organização, gestão de prioridades e orientação para resultados;
- Elevado sentido de responsabilidade, isenção e confidencialidade e compromisso com o serviço.

**Ref.<sup>a</sup> A:**

Experiência profissional comprovada de, pelo menos, 2 anos na gestão financeira e/ou orçamental, em órgãos e serviços integrados na administração direta e indireta do Estado ou na administração autárquica, designadamente na:

- Preparação dos projetos de orçamentos, de acordo com a orientação e objetivos superiormente definidos;
- Organização e elaboração de contas de gerência e contas consolidadas, de acordo com o SNCAP — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Gestão financeira e orçamental, incluindo o controlo contabilístico das operações;
- Classificação e registo dos factos financeiros e orçamentais;
- Emissão e controlo de faturação;
- Realização de recebimentos e pagamentos;
- Gestão e controlo de ativos;
- Gestão e controlo de bens de consumo em armazém;
- Execução de procedimentos de controlo interno no âmbito da atividade da divisão;
- Domínio do Office (Word, Excel, Outlook e PowerPoint);
- Preferencialmente, experiência na utilização da aplicação GERFIP;
- Preferencialmente, experiência na utilização das plataformas de reporte de informação financeira e orçamental da Entidade Orçamental (SIGO e SOL) aplicáveis aos serviços integrados e serviços e fundos autónomos.

**Ref.<sup>a</sup> B:**

Experiência profissional comprovada em órgãos e serviços integrados na administração direta e indireta do Estado ou na administração autárquica, no âmbito das funções que caracterizam o posto de trabalho, designadamente na:

- Contratação pública, nomeadamente, na elaboração das peças do procedimento, na publicitação, instrução e acompanhamento de procedimentos de contratação pública, incluindo empreitadas de obras públicas;
- Utilização das plataformas de contratação pública eletrónica;
- Conhecimentos aprofundados e comprovados de direito administrativo;
- Domínio do Office (Word, Excel, Outlook e PowerPoint).

**E) Local de trabalho**

O local de trabalho situa-se na sede da Direção-Geral do Tribunal de Contas sita na Avenida da República, n.º 65, 1050-189 Lisboa, ou noutras instalações da Direção-Geral do Tribunal de Contas sitas em Lisboa.

**F) Prazo e forma de apresentação das candidaturas**

Os/as interessados/as devem, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), enviar requerimento dirigido ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, para o endereço [recrutamentotecsups@tcontas.pt](mailto:recrutamentotecsups@tcontas.pt) identificando, no assunto do e-mail, o correspondente Código de Oferta a que se candidatam e a respetiva Ref.<sup>a</sup>, acompanhado de curriculum vitae com descrição detalhada da experiência profissional, assinado pelo/a candidato/a, de uma declaração atualizada (até 6 meses) do serviço de origem com a menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratório atualmente detidos, bem como certificado, ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito, comprovativo das habilitações literárias.

**G) Remuneração**

A remuneração a auferir é a correspondente à posição remuneratória que o/a trabalhador/a detém na carreira/categoria de origem, a que acrescerá o pagamento de um suplemento remuneratório mensal de disponibilidade permanente.

**H) Métodos de seleção**

A seleção dos/as candidatos/as será efetuada com base na análise curricular, complementada com uma entrevista profissional de seleção, sendo apenas convocados para a realização de entrevista os/as candidatos/as cujo currículo revele experiência adequada ao exercício das funções.

**I) Observações**

Proteção de Dados Pessoais

Em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que os dados pessoais solicitados em sede de candidatura a este procedimento apenas serão utilizados para efeitos do mesmo.

Em qualquer momento podem ser exercidos os direitos de acesso e oposição ao tratamento dos dados, nos termos da legislação em vigor.

1 de outubro de 2025

A Subdiretora-Geral



Sandra Sant'Ana